DA SENSIBILIDADE À REPRESENTAÇÃO DA PAISAGEM: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTÉTICA DA NATUREZA COMO UM RECURSO PARA A SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

From sensitivity to a representation of the landscape: considerations about Geography and mundanity of the world

Antonio Carlos Vitte¹

RESUMO

O objetivo do artigo é demonstrar como o conceito de espacialidade e paisagem se desenvolvem a partir da noção de sensibilidade e de representação. A hipótese do artigo é que o conceito de representação é fundamental para o surgimento da geografia científica, estruturada nos conceitos de espacialidade e paisagem. Ao mesmo tempo, esses conceitos são ontológicos e a geografia é uma discussão ontológica sobre a transformação da Terra em Mundo. No final, apresentamos um exemplo prático dessa discussão, a partir da noção de experiência estética conforme conceitua F. Schiller, como importantes no processo de sensibilização e construção da consciência ambiental. Foram utilizados dois estudos de caso, o primeiro demonstrou que a luta pela propriedade da terra fracassou justamente por falta de um elemento filosófico aglutinador e que possibilitaria desenvolver a consciência social do grupo. O outro, ao utilizar a educação geográfica e sentido estético da natureza e da paisagem.

Palavras-Chave: geografia; representação; espacialidade; mundaneidade; experiência estética; sensibilização ambiental.

ABSTRACT

This paper aims at demonstrating how the concepts of landscape and spatiality have developed taking for reference the notions of sensitivity and representation. It considers the fundamental role of the concept of representation to the emergence of scientific geography while born on the concepts of spatiality and landscape. At the same time, these concepts are ontological and geography has turned out to be an ontological discussion about the transformation of Earth into World. In the end, we present a practical example of this discussion, using the notion of aesthetic experience as conceptualized by the F. Schiller, with deep importance for the construction process of awareness and environmental consciousness. We used two case studies. The first one demonstrated that the struggle for land ownership failed due to the lack of a unifying philosophical element which could allow the developing of a social conscience of the group. The other one took geographical education and aesthetic sense of nature and landscape in the order of the analysis.

Keywords: aesthetic experience; environmental awareness; geography; mundanity; representation; spatiality.

¹ Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, UNICAMP. Pesquisador CNPq. E-mail:vitte@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário Houaiss (2009) o vocábulo sensível surgiu no século XIV, derivado do latim sensibilis e originalmente dizia respeito ao que está sujeito aos sentidos. Corresponde a um adjetivo de dois gêneros, que sente, que tem sensibilidade, que recebe facilmente as impressões. Já o vocábulo sensibilidade surgiu no século XVII (1672-1693) e dizia respeito à qualidade do que é sensível. Ainda segundo Houaiss (2009), sensibilidade é um substantivo feminino, que na filosofia kantiana está ligada a faculdade responsável pela recepção das informações sensoriais, determinando os fundamentos empíricos do processo cognitivo que o sujeito estabelece com os objetos do mundo. Por sua vez, o vocábulo sensibilização surgiu por volta de 1877 e está associado à ação de sensibilizar. Ainda segundo Houaiss (2009) o vocábulo representação surgiu no século XV, derivado do latim repraesentat(i) o, ónis, cujo significado original era pagamento com dinheiro a vista ou entrega do que recebeu. Na filosofia, a representação é interpretada como uma operação pela qual a mente tem presente em si mesma a imagem, a ideia ou o conceito que corresponde a um objeto que se encontra fora da consciência (HOUAISS, 2009).

Uma rápida observação no significado dos vocábulos e nas datas de surgimento dos mesmos, fica claro, primeiramente, que alguns ganharam em termos de conteúdo, variações em seus significados, como é o caso do vocábulo representação. Isso significa que socialmente o processo de criação do mundo foi tornando-se mais complexo, o que exigiu a aderência de novas derivações e novos significados. Vale frisar que esses vocábulos surgiram e se transformaram entre os séculos XIV e XIX, fato que está correlacionado ao surgimento e às transformações no conceito de corpo, na requalificação do empirismo, na experimentação e a matematização-geometrização da natureza e do pensamento. Por fim, não é demais frisar que, principalmente a partir do século XVII, as transformações nos conteúdos dos vocábulos, bem como o surgimento de novos conteúdos, estão associados ao surgimento de um modo de vida, o burguês, marcando definitivamente a sacralização da natureza, com uma separação radical entre a cultura e a natureza, impulsionada pela nova forma de se produzir socialmente a vida, assim como pela reforma teológica protestante.

Essa transformação dos vocábulos e seus respectivos conteúdos estão diretamente ligadas às mutações e transformações do/no mundo, onde agora os códigos linguísticos, os símbolos, os signos e as coisas, precisam ser requalificadas. Um mundo e uma

natureza precisam ser inventadas, poiesis que participará ativamente a ciência moderna, então nascente; mas toda a prática justificada por uma nova situação de pertencimento e ao mesmo tempo de espanto. Uma transformação epistêmica. Essa é a grande marca desses tempos, em que os códigos linguísticos e sociais inventam e recriam um mundo novo. Ao mesmo tempo vive-se o paradoxo do espanto e do medo. A certeza fenomenológica de um mundo imutável, justificada na crença do poder do Homem se desfaz, pois, agora, somos apenas mais um na imensidão. Isso exige que um esforço de nos posicionarmos perante a angústia, a melancolia de que somos separados da natureza, a dominamos, mas ao mesmo tempo estamos sujeitos à destruição física e moral. Tomemos como exemplo o terremoto de 02 de novembro de 1755 em Lisboa, ou, mais recentemente, o tsunami de dezembro de 2004 em Sumatra.

Em suma, um novo mundo em formação que exige novos códigos, uma nova percepção, consequência de um novo ordenamento qualitativo e quantitativo das coisas no espaço. Tal como antes, hoje vivemos uma constante dialética mutação-transformação no/do mundo, assim como no sentido da natureza. A problemática que se coloca então, agora, mais complexa do que nos séculos XVII e XVIII, é desenvolver estratégias práticas e teóricas que viabilizem o sentido de pertencimento das pessoas ao mundo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SENSIBILIDADE

De uma maneira moderna, pode-se dizer que o tema da sensibilidade surgiu com o empirismo no século XVII, no momento em que postulava que o conhecimento humano deveria ocupar-se materialmente da observação e da experimentação, concepção que será transformada nos séculos XVIII e XIX. Inicialmente, o empirismo valorizava a sensação, como uma fase necessária para a produção do conhecimento.

No entanto, no século XVIII, o empirismo passará por uma transformação em seu conteúdo. Assim, para Diderot (RISKIN, 2002, p.1), a sensibilidade deveria ser considerada na análise da realidade, pois a mesma seria a capacidade de uma pessoa em receber as percepções dos objetos externos, que seria causada pelo sentimento. Denis Diderot, adepto do mecanicismo, considerava o sentimento como sendo o resultado do movimento das criaturas sensíveis no mundo (RISKIN, 2002, p.1). Ou seja, o sentimento seria, para Diderot uma sensação física e a sua função seria a de descrever um movimento.

Para Riskin (2002) o conceito filosófico e estético de sensibilidade surgiu no século XVIII a partir da fusão das sensações com o sentimento. Essa fusão foi propiciada pelo empirismo científico, quando considerou que a sensação física também é capaz de produzir a emoção. Mais do que técnica, o sistema de observação da natureza representou no século XVIII uma revolução epistêmica, pois marca a entrada das emoções na ciência moderna (RISKIN, 2002, p. 5).

Em 1760, o fisiologista Bonnet (RISKIN, 2002, p.5) considerava que a sensibilidade seria o único e grande móvel da vida animal, caracterizando e distinguindo a natureza animal da humana. Helvétius em 1758, por sua vez, considerava a sensibilidade física a natureza essencial do homem. Já para Holbach, a mente humana seria o produto da sensibilidade física, o que a caracterizaria como uma faculdade intelectual (RISKIN, 2002, p. 3).

Isso significa que a partir de meados do século XVIII, a sensibilidade começa a fazer parte da ciência moral. Tanto assim que, em 1748, Montesquieu, em sua obra *O Espírito das Leis* (RISKIN, 2002, p. 4), considerava que os grandes governantes governavam a partir da sensibilidade. Mas o grande marco para a transformação da sensibilidade em ciência moral é a obra *Emile*, de Rousseau, datada de 1762, para quem a moralidade seria a sensibilidade em ação (RISKIN, 2002, p. 6).

O século XVIII foi chamado de a *idade da sensibilidade*, onde as análises passaram a considerar as relações entre as ciências naturais e as morais, interferindo no pensamento político e moral.

No século XIX, Destutt de Tracy, ao conceber a ideologia como a ciência das ideias, entendia que a mesma era uma sensibilidade que interferia nos sentimentos das pessoas, constituindo-se na existência moral dos homens (RISKIN, 2002, p. 7).

Lamarck, em 1809, no início do século XIX, considerava que a sensibilidade física e a moral estavam diretamente relacionadas às emoções internas e os sentimentos externos. Ou seja, a sensibilidade passava a fazer parte das pesquisas científicas, como em Lamarck, onde a sensibilidade foi reduzida a problemas fisiológicos e ao sistema nervoso (RISKIN, 2002, p. 10).

A partir de então, passou a haver uma relação estreita entre o empirismo e a sensibilidade, que seria dada pela experiência sensória. Criava-se assim, o conceito de *empirismo sentimental*, produto da relação entre as sensações e a sensibilidade (RISKIN, 2002, p.10).

O empirismo sentimental constituiu-se a partir do momento em que houve a naturalização das ciências morais e a moralização da natureza (RISKIN, 2002, p.

11). Ou seja, passou a haver a união entre a experiência empírica, portanto das ciências naturais, com o sentimento moral.

Estava assim constituída a base para as ciências do espírito, como a psicologia, preocupada em entender e explicar a natureza humana. Mas, também, como o empirismo sentimental foi a base para ciências como a história natural e a medicina (RISKIN, 2002, p.12).

Segundo Riskin (2002, p.12) o sentimentalismo foi a base para o surgimento do método científico, pois o problema para as ciências empíricas era entender a organização social da cultura e, também, a vida social.

RELAÇÕES ENTRE A SENSIBILIDADE E A MODERNIDADE

Fica claro que o surgimento do conceito de sensibilidade está relacionado ao surgimento da revolução cartesiana e a consequente separação corpo-alma, natureza-homem, fato que ficará mais acirrado com a revolução newtoniana, onde o princípio físico da causalidade será levado ao extremo, como em John Locke, para quem as emoções e os sentimentos eram provocados pelo movimento dos corpos. Esses sentimentos, para Locke (RISKIN, 2002, p. 4), seriam os responsáveis pela geração das impressões sensórias do mundo no sujeito.

Essa seria a gênese do conceito de sensibilidade no século XVIII e que tornou-se complexa ao longo dos tempos, pois houve a problematização social de que a concepção de sensibilidade era muito atrelada a uma visão atomizada de sujeito e, principalmente, com a noção de que o conhecimento e o sentido de pertencimento no/do mundo é uma produção social, não estando distante dessa noção o papel dos sentimentos e das emoções.

Há uma racionalização da vida e das emoções, provocado segundo Habermas (1990) pelo advento da consciência histórica, que marcou a autonomização da razão. Além da racionalização instrumental da vida, a modernidade marca também o advento da estética como força mediadora do mundo (HABERMAS, 1990, p. 6), marca dos tempos modernos (HABERMAS, 1990, p.17), onde o mundo passa a ser compreendido como um homogêneo, marcado pela simultaneidade cronológica e pela diferenciação espacial em termos de desenvolvimento social.

A grande marca escatológica da modernidade é o tempo, onde a crise, a revolução e o progresso são as marcas da consciência histórica, e o espaço é a rugosidade, a tradição, a correia de transmissão do passado

para o presente. Para Baudelaire (HABERMAS, 1990, p. 8), a modernidade é a experiência estética do tempo com a consciência histórica, em que a subjetividade é a marca do tempo na construção do sujeito.

Para Habermas (1990, p. 26-27) a cisão da modernidade e seu problema filosófico está muito bem retratada em Hegel, que descobre a subjetividade. Segundo Habermas (1990, p.27) a subjetividade representaria, em termos filosóficos, a simultaneidade do sujeito moderno viver a vulnerabilidade e a crença no progresso e na liberdade. A subjetividade seria a grande marca da modernidade para Hegel (HABERMAS, 1990), que marcaria a cultura moderna, onde a estética e a arte romântica seriam as grandes marcas da libertação do homem em relação à natureza. A intersubjetividade das relações seria a marca de liberdade e ao mesmo tempo de reconciliação da razão com o espírito, na qual a comunicação entre os sujeitos históricos garantiria a autoconsciência, ou seja, a consciência histórica de produzir-se-a-si (HABERMAS, 1990, p. 42).

Portanto, Hegel concebe a subjetividade como uma estratégia histórica e moderna para vencer a separação sujeito-objeto, razão-espírito, corpo-alma, com claros efeitos nas reflexões de Schiller, Schelling, Fichte, dentre outros. Agora, deixamos de ter apenas uma reflexão sobre o papel da sensibilidade na aquisição de conhecimento e pertencimento, acresce-se a essa a subjetividade, elo linguístico e comunicacional que permite o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e produz a mediação e o diálogo com o outro, como, por exemplo, com a natureza.

Por sua vez, Walter Benjamin (2007) considera que a modernidade é uma imagem dialética em cuja estética participa o efêmero e o autêntico. O tempo não é homogêneo, mas formado por estilhaços que preenchem a vida do sujeito histórico. A modernidade é a angústia de viver o tempo e sua precisão cartográfica.

Isso significa dizer que a relação externo-sensível-subjetivo produz, socialmente, a necessidade da geração de signos e símbolos. Em outras palavras, surge a noção de representação, como elo comunicacional e de pertencimento a uma comunidade. O surgimento da representação significa que a relação do sujeito com o mundo realiza-se pela mediação do conceito, a universalização do sentido de mundo.

O MUNDO E A REPRESENTAÇÃO

Para Schopenhauer (2005), Immanuel Kant (1724-1804) não deu a devida importância para a percepção, principalmente às suas implicações na produ-

ção do conhecimento. Schopenhauer (2005) acreditava que esse descrédito de Kant devia-se ao fato de que, no fundo, o fenômeno é uma produção do sujeito, ou seja, é dependente da subjetividade e que esse fato demonstra que o nosso pertencimento ao mundo não é dado apenas pelas relações externas com os objetos, mas depende acima de tudo do sujeito. Isto porque a percepção do sujeito está ligada ao mundo a partir da concepção de mundo do sujeito, fato que permite ao sujeito produzir a representação de sua existência e ao mesmo tempo conhecer todos os objetos do mundo.

Isso significa dizer, baseando-se em Schopenhauer (2005), que o mundo, mesmo o empírico, é uma criação do sujeito e de seu conhecimento que apreende todos os objetos do conhecimento empírico, que existe no espaço e no tempo. A Terra e a vida são campos empíricos que precisam ser conhecidos pelo sujeito. Diferentemente de Hegel, Schopenhauer acreditava que sem o espaço não poderia haver conhecimento do empírico, pois ele, o espaço, seria o modelador das percepções dos objetos naturais que são independentes do sujeito. O conhecimento da realidade empírica, como a natureza, para Schopenhauer (2005) é possível apenas pelo uso da imaginação, com o uso da ciência e da intuição onde participava ativamente os trabalhos de Alexander von Humboldt, ao solidificar uma metafísica da natureza.

A concepção do objeto ou mesmo do mundo depende como apreendemos os mesmos, isso é dado pelas condições de inteligibilidade do mundo, ou seja, as condições materiais e imateriais que estão disponíveis ao sujeito no ato de relacionar-se com o mundo. Na concepção de um objeto há uma intencionalidade do sujeito, uma consciência. Isso leva-nos a pensar que para Schopenhauer (2005) há uma metafísica no mundo, a ação do sujeito não acontece meramente pelo empirismo ou pela experiência, mas antes, também esses são mediados por uma metafísica do sujeito, que é o sustentáculo de pertencimento no/do mundo, que agrega na consciência as diferentes formas e seus respectivos conteúdos.

A realidade empírica é uma realidade empírica que não se apresenta dual para o sujeito, mas antes, sujeito e objeto são mutuamente correlatos, pois o mundo é uma construção em que a mente humana trabalha em direção a um conhecimento possível do mundo empírico. O sujeito produz uma compreensão do mundo e o organiza, pois constrói a sua estrutura explicativa (SCHOPENHAUER, 2005).

O mundo é uma representação objetiva, da qual participa o conhecimento do sujeito, as condições de percepção e a experiência do sujeito. O sujeito está

inserido em um mundo, que, como representação, está cimentado metafisicamente pelas noções de espaço e tempo, permitindo com isso a experiência e o ordenamento das emoções.

Pelas colocações de Schopenhauer (2005) fica claro que o mundo e seus objetos são produzidos por nossas representações e que, independentemente de nossas atividades e fazeres, nunca trabalhamos com o mundo verdadeiramente empírico, mas com uma abstração do empírico, na qual, a partir de nossa cultura adquirida e de nossas experiências, adquirimos e construímos o sentido de mundo e sua espacialidade.

O MUNDO COMO FENÔMENO E COMO DISCURSO: IMPLICAÇÕES PARA A GEOGRAFIA

A pressuposição, portanto, é que o mundo não é apenas uma criação objetiva ou subjetiva, o mundo é uma criação do ser e, fenomenologicamente, essa criação passa pela produção de um conhecimento, uma concepção sobre o mundo². Isto posto, pois na medida em que o homem é interpretado como Ser, o mundo é uma representação, melhor dizendo, a sua representação, que é dada pelo conhecimento, portanto pela relação entre a subjetividade e a objetividade. Há uma harmonização entre o ser e o mundo, quando se trata dos objetos externos (HEIDEGGER, 1927, p. 86-87). O mundo é uma criação, produto de uma atitude teórica sobre a sua existência, que é possível unicamente ao ser, pois há uma experiência primordial entre o mundo e o ser. Essa experiência envolve tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos, a razão e o mundo exterior. Para Husserl (1931, p. 45) isso acontece porque sempre levamos em consideração que a Terra é natural e que o mundo é uma criação, um objeto.

A partir daí, a atitude fenomenológica do cientista é "observar" e "contemplar"o mundo como um objeto. É nesse momento que acontece a "experiência-domundo", que permite um distanciamento, no qual ela é tratada como fenômeno, ou seja, uma entidade ideal e ontologicamente física. Para Heidegger (1927) esta é a condição ontológica do mundo que determina as pesquisas científicas e a sua investigação, explicando inclusive a existência de várias ciências, pois sempre há uma forma particular de se projetar o mundo.

É nesse contexto que a Geografia, com seus conceitos de espaço, paisagem, região, lugar, relação

homem-ambiente, dentre outros, é uma criação particular de um tipo de mundo e de sua investigação.

A teorização e a investigação geográfica são marcadas por uma tensão constante, pois a geografia é uma ciência espacial, mas o espaço é uma invenção da física. Pois que espaço é esse da geografia? Qual a sua qualidade?

A geografia, seja ela física ou humana, trabalha com a espacialidade humana, que é uma criação geográfica, como lembrou Lúcia Ricotta (2003), desenvolvida por Alexander von Humboldt e considerado o conceito fundador da modernidade. Obviamente que a espacialidade é um conceito carregado de ambiguidades, sejam elas subjetivas ou objetivas, mas permite a interpretação da natureza e do ambiente, revitalizando ontologicamente o espaço e o lugar, que foram desenvolvidos pela metafísica tradicional na geografia e que agora necessita ser potencializada por meio da análise espacial, da geografia cultural e com a própria história territorial.

Para Derek Gregory (1994) esse é o grande momento do uso da imaginação na teorização e na investigação geográfica, pois permite-nos sair das armadilhas das explicações generalizantes e autoritárias, para a revitalização dos conceitos e exercer o raciocínio geográfico revitalizando o lugar, com seus conflitos, contradições, inovações, mas sem perder a teoria.

Ao contrário, diria eu, é o momento de revitalizarmos a teoria geográfica, sem expurgos, abertos ao diálogo com outras ciências e saberes, mantendo um corpo teórico e discursivo crítico na medida que revitalizarmos o debate filosófico na geografia. Pois a geografia, ao reinventar o espaço, a partir de um complexo jogo entre o imperialismo, a teoria e a empiria (DRIVER, 2006), permitiu a invenção do mundo.

A espacialidade humana é uma pré-condição para se analisar ontológica e existencialmente a Terra e o Mundo. Com isso, a geografia pode se articular com várias outras ontologias regionais e, a partir da espacialidade humana, trabalhar a sua unidade como uma relação dialética entre o mecânico e o transcendental. Essa espacialidade provém das características da existência humana, que é a base dos diferentes espaços ônticos, ou seja, das diferentes concepções de mundo e que, cada qual, demonstram o lugar do homem no mundo.

Para a Geografia, a condição ontológica funda-

² Para Martin Heidegger (1927, p.27) a fenomenologia é uma concepção metodológica, um modo de fazer pesquisa, ou seja, ela determina como deve se produzir uma causa.

mental, na qual a Terra é o "lugar da experiência" (WALTER, 1980, 1981), nos permite trabalhar a concepção de natureza, lugar, espaço, mundo e escala.

O mundo é uma construção humana e, ao mesmo tempo, uma categoria que se estrutura em paisagem, espaço e lugar (BECK, 1979). O mundo é produzido por um conhecimento, portanto derivado de uma relação entre a razão e a empiria; mas também é transcendental, pois é uma totalidade aberta e possível (HEIDEGGER, 1927).

Espaço e lugar são estruturas concretas, e por sua vez constituem um mundo a parte, pois configuram um campo investigativo da geografia. Isso significa dizer que, para explicar o mundo, precisamos, na geografia, tanto do empirismo quanto da ontologia, o que exige de nós uma reflexão filosófica, pois Homem e Terra constituem a espacialidade.

Essa premissa entra diretamente nos trabalhos de geografia física e de geografia humana, pois a Terra é o palco metafísico para a construção do mundo, do mundo do homem. Tanto que tradicionalmente, e nos primórdios da geografia moderna (DRIVER, 2006), a preocupação inicial era com as descrições das entidades naturais, como a vegetação, as montanhas, os climas, os tipos de habitação, as tipologias da população.

Para Heidegger (1927, p. 63) essa é uma ação pré-fenomenológica, mas também já é uma atitude ontológica, pois o mundo significa a totalidade das entidades. Isso significa que, para Heidegger (1927, p. 63), várias entidades estão dentro do mundo, o que permitiu o nascimento da química, da biologia, da geologia e da geografia.

No caso da geografia, em particular, devemos destacar que, com seu sistema conceitual explicativo e filosoficamente amarrado nas reflexões de Kant-Goethe (VITTE; SILVEIRA; SPRINGER, 2009), conduziu à construção de uma unidade no/do mundo, representada, por exemplo, pelo conceito de paisagem. Na medida em que a ciência geográfica permite organizar e estruturar esse mundo, agora como uma entidade, isso requer de um lado um lastro teórico e filosófico que lhe sustente a análise e de outro gerar concepções sobre as novas entidades, o que exige a invenção de seu conceito de natureza. Disso deriva a invenção da geografia física, na qual a natureza agora possui uma espacialidade, torna-se abstrata, pois o conceito de geoesfera, que a representa, também move as pesquisas sobre as entidades geográficas, no plano da geografia física.

DA MUNDANEIDADE DO MUNDO À ESPACIALIDADE: O CONCEITO DE PAISAGEM COMO ORGANIZADOR DA TERRA E O SENTIDO DO MUNDO

A questão da mundaneidade do mundo é ponto de partida para a destruição da ontologia tradicional, substituindo-a por uma nova. É nesse momento que o conceito de mundo é fundamental para Martin Heidegger (1927). Para Heidegger (1927) os gregos não tratavam do mundo, mas sim das "pragmatas", ou seja, das coisas do mundo, utensílios e instrumentos. O problema metafísico moderno surge porque as coisas não estão mais diante dos homens modernos, mas em suas mãos, há uma manualidade, onde o lidar com o instrumento define a coisa. Ainda para Heidegger (1927), o modo como somos caracteriza o "sermos" e como lidamos com a coisidade da coisa, que pode ser a Natureza, uma Ideia ou uma Faculdade de Julgar. Ora, a compreensão do que é uma coisa, depende de como nós nos compreendemos, o que define nossa essência como "ser-para".

É isto, na concepção de Heidegger (1927) que define um "ser-aí" (Zu-Sein), o ser-no-mundo. Somos essencialmente seres mundanos, enquanto as coisas são intramundanas. Este é o problema para se conhecer o mundo, pois o ser-aí é também o ser-no-mundo. E isto somente acontece com a mundaneidade do mundo, ou seja, tornamo-nos seres no mundo, a medida que somos seres pragmatas, ou seja, dominamos as coisas-do-mundo.

A mundaneidade do mundo, segundo Heidegger (1927), faz com que o ser-aí se compreenda em seu próprio ser, onde o homem passa a exercer uma colonização cognitiva no mundo e nos objetos, onde o homem para dominar o mundo produz uma coisificação dos entes intramundamos, dos objetos, da natureza e, para isto, constrói uma gramática para o mundo. O mundo, segundo Heidegger (1927), com as seguintes características:

- a) É ôntico, designa a totalidade dos objetos que podem estar presentes no mundo;
- b) O mundo tem um papel de termo ontológico e significa o ser dos entes, ele é a região que abarca a totalidade dos seres;
- c) Refere-se ao próprio ser-aí, é o concreto que vive;
- d) O mundo significa a noção ontológica do existencial da mundaneidade, é uma estrutura ontológica e visa a estrutura do ser-no-mundo.

Para Heiddger, o mundo é o espaço, é o lugar onde as coisas estão e, ao mesmo tempo, o espaço é um modo de ser do mundo. Para nós, a geografia é a gramática cognitiva do mundo, é o que elucida a mundaneidade do mundo e ao mesmo tempo enquanto ciência desmundaniza o mundo, pois tenta explicar sua condição de mundo, ao explicar as coisas do mundo e seu arranjo espacial.

É o que acontece com a transformação da natureza em entidades geográficas, com a invenção da geografia física (RIBAS; VITTE, 2009), tornando-a uma totalidade, segundo a visão da geografia, na qual, a partir da ação transformadora do homem, gera-se a mundaneidade do mundo. Agora, para a geografia, essa mundaneidade permite a invenção do conceito e ao mesmo tempo a representação das paisagens culturais (BECK, 1979), para com isso construirmos o nosso sentido de totalidade do mundo e, ao mesmo tempo, sentirmo-nos ontologicamente pertencentes ao mesmo. Mas esse foi um processo que acompanhou a metafísica tradicional a partir de seu conceito de exextensa, que era o conceito que mais se aproximava do de espacialidade. Mas é a partir da Naturphilosophie, uma metafísica da natureza construída a partir dos trabalhos de Kant, de Goethe, de Schelling, de Alexander e Wilhem Humboldt, que foram ressignificados a partir de um movimento centrípeto que conduziu aos questionamentos da mecânica newtoniana e sua interpretação causal da vida material e espiritual, que para Timothy Lenoir (1978) estaria em um emaranhado complexo entre a naturphilosophie romântica e a especulativa.

Para Lenoir (1978) a transformação conceitual da ex-extensa, da metafísica tradicional, para a naturphilosophie, advém dos conceitos de teleologia ou finalidade, conceito central para a noção de organismo e, consequentemente, para a biologia e para a geografia física nascente — pensada através de Kant e de sua *Crítica do Juízo* (1790):

Se se quer explicar o que seja um fim segundo suas determinações transcendentais (sem pressupor algo de empírico, tal como é o sentimento de prazer): então fim é o objeto de um conceito, na medida em que este é considerado como a causa daquele (o fundamento real de sua possibilidade); e a causalidade de um conceito quanto a seu objeto é a finalidade (KANT, 1974, p.315).

Ou seja, um fim é um objeto que é, digamos, causado por um conceito, e esta causalidade é, nesta medida, *finalidade*. A natureza é a existência das coisas determinadas por leis universais, dadas *a priori*: nessa medida, ela é regulada pelas categorias do entendimen-

to e é o conjunto dos objetos da experiência. E poderíamos dizer: sob este ponto de vista, nós a determinamos, digamos, mecanicamente. Assim, os fenômenos estão no tempo e no espaço, submetidos a uma causalidade mecânica. Mas, por outro lado, a experiência, segundo leis universais (a priori) e leis particulares (empíricas) deve ser um sistema de conhecimentos empíricos possíveis: o que exige a unidade da natureza e, nesse movimento, uma finalidade da natureza. Ou seja: a natureza deve ser pensada de modos mecânico e final. E o problema se torna mais complexo na medida em que a noção de fim associa-se à noção de organismo:

Que podemos ver pelo olho, experimentamo-lo imediata, assim como sua estrutura exterior e interna, que contém as condições de seu uso possível e, portanto, a causalidade segundo leis mecânicas. Posso, porém, também servir-me de uma pedra, para quebrar algo sobre ela, ou edificar sobre ela, e assim por diante, e esses efeitos podem também ser referidos como fins a suas causas, mas não posso dizer por isso que ela deveu servir para edificar. Somente do olho julgo que ele deveu ser apto a ver e, embora a figura, a índole de todas as suas partes e sua composição, julgadas segundo leis mecânicas da natureza, sejam inteiramente contingentes para meu Juízo, penso entretanto na forma e na construção do mesmo um necessidade de ser formado de tal maneira, ou seja, segundo um conceito que precede as causas formadoras deste órgão e sem o qual a possibilidade desse produto da natureza não é concebível para mim segundo nenhuma lei mecânica da natureza. (KANT, 1974, p. 289)

Na Naturphilosophie de Schelling, a questão da finalidade surge atrelada, como não poderia deixar de ser, ao idealismo que aí se desenvolve. De início, é importante lembrar um aspecto - talvez o central - da posição de Schelling diante do idealismo de Fichte: o lugar que a natureza ocuparia na doutrina-da-ciência de Fichte. Ou talvez melhor fosse dizer o não lugar: não haveria, de fato, segundo Schelling, uma natureza na doutrina-da-ciência, e, diante de uma impossibilidade de chegar a ela, permaneceríamos fechados no sujeito. Assim, em Schelling, a filosofia da natureza viria justamente como esforço para preencher essa lacuna. Nesse intento, Schelling estabelece uma correspondência entre filosofia transcendental e filosofia da natureza, entre subjetivo e objetivo: estabelecendo um paralelo entre inteligência e natureza, trata-se de mostrar como as estruturas que encontramos no plano subjetivo correspondem às que encontramos no plano objetivo, e vice-versa:

A natureza deve ser espírito visível, o espírito natureza invisível. *Aqui*, portanto, na absoluta identidade do espírito em nós com a natureza fora de nós, tem de resolver-se o problema de como é possível uma natureza fora de nós. (SCHELLING, 1980, p. 380)³

É desse jogo entre a imaginação e a razão que nasce a noção de espacialidade do mundo, que nada mais é que o conceito de mundaneidade do mundo, onde a geografia alojou seus conteúdos e estratégias enquanto ciência moderna. Foi Humboldt que ao desenvolver o conceito de espacialidade, permitiu a transformação da natureza em ambiente, em um mundo desmundaneidado pela tecnologia. Mas ao mesmo tempo, garantiu à espacialidade o papel de eixo estruturador nos estudos da Terra. A sua transformação em Mundo, ocorreu com a invenção do conceito de Paisagem, conceito integral, que definiu a mundaneidade do mundo e o mesmo como objeto da geografia moderna.

Para Merleau-Ponty (2004), ao mesmo tempo em que a modernidade resolvia um dos grandes problemas, o qual seja o da operacionalização e transformação da Terra em Mundo, cujo ambiente já vinha sendo preparado pelos pintores de paisagem, agora, a paisagem operacionalizada, experimentada e ao mesmo tempo garantindo o seu estatuto transcendental, via-se diante de uma nova ambiguidade, a qual seja, os vários conceitos de natureza representados pela transubstanciação dos seres da natureza em objetos. O mundo agora é um tecido, fiado e costurado entre o natural e o tecnológico.

Isso passou a exigir uma nova qualificação do olhar, exigindo uma nova abertura do mundo e do sentido de visível, daí a geografia com seus corolários de observação, descrição e correlação entre os processos e os fenômenos, atuar na construção da representação da Terra e do Mundo.

A questão agora, e que afeta atualmente a educação geográfica, é que o ver é o produto de uma sensibilização, onde também participa o imaginário. O que significa dizer, a visibilidade da paisagem e a construção da espacialidade é produzida por um impacto, o qual seja, há um invisível no visível, daí a dificuldade em se construir uma visão geográfica das coisas e de seus arranjos.

Além de uma concepção de que a visão da paisagem exige uma metamorfose no sentido visível-invisível, a paisagem possui uma voluminosidade e uma textura (MERLEAU-PONTY, 2004, p.20). Essa situação exige um trabalho com os nossos olhos, com a luz, com a iluminação, as sombras, os reflexos, a

3 Cf.Schelling (1982, p. 110)

cor. Aquilo que Merleau-Ponty (2004, p.21) chamou de fantasmas do visível, sem os quais a espacialidade e a paisagem não poderiam ser construídas como conceito e instrumentalizadas no cotidiano. Merleau-Ponty (2004, p. 21) atribui à paisagem um sentido profano e ao mesmo tempo fascinante, o instante do mundo. Por isso, a invenção do conceito de espacialidade e paisagem pelas "mãos" de Humboldt, não apenas proporciona a criação da geografia, mas também a invenção do Homem e do Mundo.

A EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFICIDADE E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO EXEMPLO DE BAURU(SP)

O conceito de experiência estética, conforme desenvolvido por Friedrich Schiller (1759-1805), na obra "A educação estética do homem" (SCHILLER, 2003) exerceu forte influência na naturphilosophie e na obra de Schelling, além de ser fundamental para a construção das bases da geografia moderna com Alexander von Humboldt.

O pressuposto da experiência estética é que há uma unidade entre o físico e o espiritual, ou seja, entre o moral e o natural que constituem o conteúdo do Homem, ou seja, a natureza humana. Essa unidade também se manifesta na relação entre arte e ciência, onde o conceito de arte realiza-se na produção da vida, no trabalho e na ciência e, por sua vez, fazer ciência é também fazer arte, o que caracteriza uma estética objetiva e livre do excesso de intelecção, pois há um jogo entre a razão, a imaginação, a história e a política. Havendo uma objetividade no belo e no sublime, que se liga a uma razão prática, moral, que pode fundamentar a experiência estética e a construção da liberdade.

Portanto, a experiência estética é o ato de sensibilizar e de interferir na produção da representação, da consciência e da liberdade, em que o conceito de belo atua como mecanismo motriz na construção de um julgamento sobre o mundo. Há, assim, um despertar, uma sensibilização do sujeito, da razão, que tem em sua constituição não apenas regras formais e lógicas, mas elementos subjetivos-objetivos, que se conectam a diferentes outros elementos como a intuição, por exemplo, que de maneira diferenciada constituem a totalidade sujeito, portador de uma moral e de uma postura sobre o mundo. Há uma razão histórica, social e cultural de se construir a mundaneidade do mundo.

De nossa parte acreditamos que esse seja um

dos principais elementos que confunde e muitas vezes não permite o pleno desenvolvimento das ações de sensibilização e até mesmo de constituição de uma consciência ambiental, como nos casos dos movimentos populares ligados à moradia. Os trabalhos técnicos, as informações e as práticas pedagógicas nas escolas e organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos, por exemplo, embora muito positivos, acabaram por esbarrar no momento de sua efetivação, ou seja, na sua transposição do plano do discurso para a realização-efetivação prática, em que muitas vezes práticas demagógicas acabam se sobrepondo aos esforços, ou então, o discurso tecnológico acaba sobrepondo-se à ação dos indivíduos. Situação idêntica a essa tivemos a oportunidade de vivenciar em duas oportunidades, ambas na cidade de Bauru (SP).

O primeiro caso ocorreu no Jardim Nicéia, e está relacionado à ação de movimentos sociais, que na época do plano diretor municipal, passaram a questionar fortemente as suas diretrizes, havendo nesse processo um re-ligamento entre os indivíduos, que por suas experiências de vida, se encontraram e passaram a formar um bloco questionador, no qual o direito de posse da terra urbana (usucapião) e as questões da degradação ambiental estavam em pauta e se soldavam em uma estrutura conceitual e questionadora da realidade que era excludente e segregadora. Todo esse processo foi instrumentalizado por ONGs e Associações Civis, como a Associação dos Geógrafos Brasileiros- AGB, secção Bauru e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) (SAN-TOS, 2008; CORGHI, 2008). Essa instrumentalização passou por uma fase em que os moradores do Jardim Nicéia receberam informações sobre a organização da natureza, ou seja, as qualidades do sítio urbano de Bauru e do próprio Jardim Nicéia. Foi apresentado um quadro sobre os solos, o relevo, a vegetação e os processos erosivos. No caso, as vocorocas urbanas. Essas estão diretamente relacionadas ao processo de produção do espaço urbano em Bauru e por consequência ao fenômeno da periferização e segregação socioespacial.

No caso, a catalização dos moradores ocorreu primeiramente pela exclusão do Jardim Nicéia do Plano Diretor, mas o mecanismo de sensibilização foi a questão das voçorocas e da vegetação, no caso o movimento entendeu que a luta pela preservação de uma área de cerrado no platô de Bauru, próximo ao campus da Unesp, Campus de Bauru (SP), seria uma boa estratégia para o questionamento do Plano Diretor e sensibilização da sociedade. Estratégia que se revelou muito forte e de grande impacto na sociedade local e nacional, obrigando, em muitas audiências públicas, o

poder local a recuar estrategicamente em seu objetivo de ver o Plano Diretor aprovado e as áreas de vegetação nativa transformadas em condomínios e loteamentos fechados de alto padrão.

O desencadeamento das reivindicações terminou de forma traumática e chamou a atenção para as discussões sobre os movimentos sociais. Afinal, o que teria levado à desmobilização das pessoas? O que explicaria a volta da apatia?

A outra experiência foi desenvolvida junto aos professores e alunos das escolas públicas, também de Bauru (SP), por Santos (2008), tendo como recorte a bacia hidrográfica do rio Bauru, onde o tema gerador foi a questão da degradação ambiental.

O objetivo era sensibilizar os alunos sobre o grave problema da erosão urbana que afeta aquela bacia. Para isso, foram realizadas várias reuniões com os professores das escolas estaduais de Bauru, além de uma capacitação e reciclagem sobre a geografia, principalmente com a abordagem da geografia física. Houve também a participação de coordenadores de língua e literatura portuguesa e brasileira, educação artística, matemática e ciências; pois a estratégia era fornecer, a partir de um recorte temático e espacial, possibilidades educacionais, linguísticas e semióticas aos alunos no sentido de sensibilizá-los para a temática ambiental e o papel da água na geração da vida. Os trabalhos foram desenvolvidos em sala de aula e em trabalhos de campo, em que cada escola ficou responsável por um setor da bacia, no caso aquele localizado o mais próximo possível de si e da realidade dos alunos e de suas famílias (SANTOS, 2008).

Muito embora os resultados alcançados sejam melhores que o exemplo anterior, algumas dificuldades foram encontradas, como por exemplo a linguagem técnica, a falta de vivência interdisciplinar dos professores e alunos, objetivos não muito claros ou considerados distantes pelos alunos, falta de melhor entrosamento escola-família para desenvolver efetivamente o sentido de participação e, principalmente, a falta de continuidade e investimentos por parte da própria secretaria de educação do Estado, que envolve recursos financeiros e avaliação de estratégias.

Esses dois casos, muito embora com práticas diferenciadas devido aos objetivos, apresentam alguns elementos em comum. O primeiro é o tema da natureza que aparece em ambos e que foi o potencializador para o processo de sensibilização, o segundo é o espaço, pois permite sob o ponto de vista empírico o desenvolvimento da experiência em observar a natureza e os seus fenômenos na organização da paisagem. Outro fator importante foi a história, seja a da produção do

espaço urbano ou a de constituição das famílias e suas representações e vivências da natureza e de seus tempos, nas mais diversas regiões e ocasiões na vida das pessoas. O fator da história realçou o papel e a importância da cultura na vida das pessoas e em suas percepções sobre o mundo e a natureza. Ou seja, a valorização da natureza e do espaço sob um ponto de vista antropológico, onde se realiza a cultura e suas mediações com o mundo empírico.

Apesar desses aspectos de interligação serem positivos no processo de aprendizagem, algumas considerações para a sensibilização ambiental devem ser levantadas no sentido de aperfeiçoamento das estratégias.

A primeira consideração é o aspecto político. Não aquele vinculado a partido ou ideologia, mas a política enquanto realização do sujeito e da cidadania. Segundo nossa concepção, faltou um lastro filosófico que sustentasse as ações, ou seja, o processo de sensibilização-transformação deveria ser mediado por uma abordagem filosófica, para a formação da consciência, ou seja, o processo de mediação de construção do sujeito se dá concomitante com a antropomorfização da natureza e da cultura ao mesmo tempo. Nesse sentido, o conceito de natureza ficou, em ambos os exemplos, estático e muito distante dos atores. Foi concebido apenas sob o ponto de vista pragmático no primeiro caso e como algo lúdico, mas incompreensível, no segundo, pois passado em um sentido muito intelectualista e nada objetivo.

O que faltou em ambos os casos foi um impulso lúdico, dado pela relação natureza-cultura-sociabilidade-sensibilidade. Esse impulso lúdico é o sentido estético do mundo, objetivo, que medeia o prático, o moral, o político e o transcendental, cuja interação seria dada pelo sentido de beleza e arte. Arte, *poiesis*, o fazer cotidiano mediado pela cultura, história e natureza, onde o indivíduo se antropomorfiza e ao mesmo tempo se socializa e se reconhece no outro.

CONSIDERAÇÕES

O conceito de espacialidade e de paisagem na geografia operacionalizam a noção de mundaneidade do mundo e ao mesmo tempo permitem uma ordenação da superfície da Terra e a criação do conceito de mundo. Esses conceitos tiveram sua origem no século XVII com o desenvolvimento da noção de sensibilidade, ou seja, a descoberta que além do corpo material havia algo mais, que movia o interesse das pessoas no mundo. Do papel meramente técnico, a sensibilidade permite a reflexão sobre o subjetivo e daí a imaginação

e finalmente a construção do conceito de representação, conceito chave para a modernidade e para a geografia em particular.

A noção de representação, como desenvolvida por Schopenhauer (2005), é um conceito potencial, pois dá status ao papel do sujeito, seja ele social ou transcendental, na criação do mundo e da natureza. Talvez, por isso, Schopenhauer (JANAWAY,1999) em sua metafísica da natureza tenha utilizado tanto as obras de Alexander von Humboldt, onde a espacialidade, conceito operacional desenvolvido por Humboldt, permite ordenar e criar o mundo.

A ciência geográfica trabalha diretamente com a mundaneidade do mundo, onde a sua base ecológica-territorial permite tanto instrumentalizar a causalidade da matéria, como também articular essas reflexões locais e/ou regionais com leis transcendentes. Isso significa que a existência é um tema chave para a geografia contemporânea, o que exige um esforço para discutir a questão metodológica e de ensino de geografia na escola.

De nossa parte, entendemos que um dos possíveis caminhos para a pesquisa e principalmente para se trabalhar com geografia escolar, é a experiência estética, que aliada à política, permite a sensibilização. Esta por sua vez deve ser um impulso da cultura e da experiência estética, em que o sentido de liberdade se realiza pela arte, que é a produção do sentido e da experiência da existência. Esse impulso estético, objetivo, prepara para a liberdade, realizando a descoberta do em-si e do para-si, ou seja, do cidadão. Os programas de sensibilização, seja ela político-territorial ou ambiental, devem ser guiados por uma regra filosófica, mediados pela estética, capaz de gerar o sentido de liberdade e consciência, enquanto natureza consciente do mundo. Isso pode ser alcançado ao longo do tempo, a partir de uma reinvenção da política. Na continuidade desta reflexão, em um outro artigo, iremos desenvolver uma reflexão sobre o impacto das transformações metodológicas e teóricas no conceito de espacialidade e mundaneidade do mundo, reflexão que consideramos fundamental no atual momento de crise da geografia.

REFERÊNCIAS

BECK, H. Carl Ritter. *Genius of geography*: on life ad work. Bonn: Bad Goderberg, 1979.

BENJAMIN, W. *Passagens*. MG/SP: editor da UFMG e Imprensa Oficial do Estado, 2007.

CORGHI, Fernanda N. *Urbanização e segregação sócioespacial em Bauru (SP):* um estudo de caso sobre a bacia hidrográfica do Córrego Água Comprida. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IG-Unicamp, Campinas, 2008.

DRIVER, F. *Geography militant*: cultures of exploration and empire. London: Blackwell Publishers, 2006.

GREGORY, D. Geographical Imaginations. NY: Blackwell, 1994.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HEIDEGGER, M. Being and Time. NY: Harper e Row, 1927 (1967).

HUSSERL, E. *The Paris Lecture*. The Hauge: Martinus Nijhoff, 1931.

JANAWAY, C (Ed.) *The Cambridge Companion to Schopenhauer*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KANT, I . Crítica do Juízo. Tradução de: ROHDEN, Valério; MARQUES, Antonio. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *Obras Incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

_____. Duas introduções à Crítica do Juízo. São Paulo: Iluminuras, 1995.

LENOIR, T. Generational factors in the origin of "Romantische Naturphilosophie". *Journal of the History of Biology.* v. 11, n. 1, p. 50-100, 1978.

MERLEAU-PONTY, M. O olho e o espírito. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

RIBAS, A. D.; VITTE, A. C. O curso de geografia física de Immanuel Kant (1724-1804): entre a cosmologia e a estética. Barcelona: Biblio 3W, vol. XIV, 2009, p. 3-15.

RICOTTA, L. *Natureza, ciência e arte em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

RISKIN, Jessica. *Science in the Age of Sensibility*. The sentimental empiricists of the french enlightenment. Chicago: Chicago University Press, 2002.

SANTOS, José Ap. dos. *Cidade e Natureza:* relações entre a produção do espaço urbano, a degradação ambiental e os movimentos sociais em Bauru(SP). Tese (Doutorado em Geografia) - IG-Unicamp, Campinas, 2008.

SCHILLER, Friedrich. *A Educação Estética do Homem.* São Paulo: Iluminuras, 2003.

SCHELLING, F. W. Ausgewählte Werke. Schriften von 1794-1798. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1980.

_____. Ausgewählte Werke. Schriften von 1799-1801. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1982.

SCHOPENHAUER, A. O mundo como vontade e representação. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

VITTE, A. C.; SILVEIRA, R. W. D.; SPRINGER, K. S. Considerações sobre os fundamentos artísticos e filosóficos que influenciaram a ciência humboldtiana. In: ANPEGE, 2009, *Anais...* CD-ROM. v. 1. p. 1-14.

WALTER, E.W. The place of experience. In The Philosophical Forum, 12 (2), winter, 1980-81, p.159-181.

Websites consultados

http://housaiss.uol.com.br/busca.jhtm">http://housaiss.uol.com.br/busca.jhtm> Verbete. Acesso em: 25/10/2009, por Antonio Carlos Vitte.